

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no
dia 9 de setembro de 2026**

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e os Vereadores Ana Genoveva da Silva Araújo, António Manuel da Cunha Martins e Diogo Carrasqueiras Pereira, este último participando através de meios telemáticos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas, tendo a mesma sido secretariada, por sua determinação, pelo chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Paulo José Pereira Antunes. -----

De imediato, o Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Vereadores a ata da reunião do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e seis. Não havendo qualquer reparo, a mesma foi posta a votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Presidente informou que, nas próximas reuniões de câmara, estarão reunidas as condições para apresentar o balanço da dinâmica turística do período estival. -----

Mencionou também que se encontra em preparação, em articulação com o Agrupamento de Escolas e os serviços municipais, o arranque do novo ano escolar, momento que acarreta sempre exigências e desafios, formulando votos de um bom ano letivo a toda a comunidade educativa. -----

Anunciou a realização de mais uma edição do Festival IRIS nos dias vinte e seis e vinte e sete de setembro e deu nota de que a sessão da Assembleia Municipal desse mês terá lugar no dia vinte e seis, sob formato itinerante com visita às obras municipais em curso, aproveitando para endereçar o convite aos Senhores Vereadores para nela participarem.

No âmbito das infraestruturas e ambiente, referiu que aguarda dados sobre o processo do ciclo urbano da água para apresentar o projeto na reunião seguinte e que, ainda no próprio dia, manteria uma reunião com a Águas do Norte tendente à finalização da adjudicação da empreitada da Estrada Nacional trezentos e oito barra um. Sobre as ETAR de São Bento e de Vilar da Veiga, esclareceu que a sua localização continua em estudo conjunto

com a referida empresa, reiterando o compromisso de transparência e manifestando a disponibilidade da Câmara Municipal para comparticipar a ampliação do intercetor, desde que se confirme ser essa a melhor solução técnica para os munícipes. -----

Por fim, deu nota da inclusão na ordem de trabalhos, para ratificação, de dois protocolos celebrados com o ICNF, justificando a urgência pelo facto de terem sido rececionados já após a última reunião e de a sua assinatura ter de ocorrer até ao dia trinta e um de agosto.

A pedido do senhor Presidente da Câmara, usou da palavra a senhora Vereadora Ana Genoveva Araújo, informando que, em virtude do adiamento da reunião ordinária de doze de agosto para o dia dezanove de agosto, as duas últimas reuniões coincidiram com o seu período de férias. -----

Mais referiu que, no âmbito dos seus pelouros, foram submetidas à apreciação e votação da Câmara Municipal, naquelas reuniões, diversas propostas por si elaboradas e subscritas. Salientou a confiança de que eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimento levantados na sua ausência tenham sido prestados pelo senhor Presidente da Câmara, manifestando total disponibilidade para prestar qualquer esclarecimento adicional relativamente às matérias constantes dessas propostas, designadamente no âmbito dos transportes escolares, das refeições escolares, das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), dos auxílios económicos e da atualização do valor por quilómetro a pagar às entidades parceiras do Município no transporte de alunos, cujo montante se mantinha inalterado desde o ano de dois mil e vinte. -----

Prosseguindo, disse: -----

“Vão iniciar o ano letivo de dois mil e vinte e seis / dois mil e vinte e sete, quinhentos e sessenta e cinco alunos. -----

No dia onze de setembro será a receção aos pais e encarregados de educação e no dia catorze de setembro inicia a componente letiva. -----

Temos cento e dez alunos no Ensino Pré-Escolar; cento e setenta e quatro alunos no primeiro Ciclo do Ensino Básico; oitenta e nove alunos no segundo Ciclo; cento e vinte e cinco alunos no terceiro Ciclo; sessenta e sete alunos no Ensino Secundário (ensino regular). Neste ano letivo não temos turma de Ensino Profissional. -----

A Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro tem trezentos e vinte e um alunos; a Escola Básica de Rio Caldo tem cento e vinte e cinco alunos; a Escola Básica do Gerês

tem trinta e sete alunos; o Jardim de Infância de Moimenta tem quarenta e cinco alunos e o Jardim de Infância de Chorense tem vinte e quatro alunos. Este ano letivo reabrimos o Jardim de Infância de Carvalheira com treze alunos. -----

Em relação ao ano letivo anterior há menos dezanove alunos. -----

No que concerne ao parque escolar, mantém-se em funcionamento todos os estabelecimentos de ensino que funcionaram no ano letivo anterior, mais a reabertura do Jardim de Infância de Carvalheira. -----

Relativamente aos apoios da autarquia, nomeadamente em termos de transportes, de refeições e de materiais escolares, os mesmos serão mantidos e ou reforçados. -----

A Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado (AITC), através de concurso público internacional, atribuiu a Concessão de Serviço Públicos de Transporte de Passageiros no território da CIM Cávado ao operador de transportes TRANSDEV, tendo iniciado a um de janeiro de dois mil e vinte e três e vigorará até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e sete. -----

Face ao que antecede, neste novo ano letivo, o Município não realizará os transportes escolares, salvo apoio em casos pontuais devidamente justificados. -----

Os alunos com necessidades educativas especiais, no caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, independentemente do escalão em que se integrem, têm direito a transporte gratuito. O Município, tal como em anos letivos anteriores, assumirá os custos e realizará o transporte. -----

De modo a reduzir os custos da educação para as famílias, a Câmara Municipal irá compartilhar na íntegra os livros de fichas complementares aos manuais escolares adotados pelo Agrupamento de Escolas, a todos os alunos que frequentem o primeiro Ciclo do ensino básico no concelho de Terras de Bouro, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar. -----

O Município irá também oferecer o manual e respetivo livro de fichas de Inglês aos primeiro e segundo anos de escolaridade (oferta complementar), a todos os alunos, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar. -----

No que concerne às refeições, iremos manter todos os apoios, assim como a administração direta dos refeitórios da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro

e da Escola Básica de Rio Caldo, continuando a garantir a qualidade das refeições servidas. -----

As refeições para o Jardim de Infância de Moimenta, que passou do Centro Escolar para as anteriores instalações, e do Jardim de Infância de Carvalheira, serão confeccionadas na cantina da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro e transportadas para os respetivos estabelecimentos de ensino e educação. -----

Continuaremos a dar o apoio às famílias através da realização das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) no Ensino Pré-Escolar, a Componente de Apoio à Família (CAF) no primeiro Ciclo do Ensino Básico e o Apoio ao Estudo para os segundo e terceiro ciclos de ensino. -----

As AEC (atividades extracurriculares no primeiro ciclo de Ensino Básico) estavam delegadas no Agrupamento de Escolas. Como o Agrupamento não conseguiu resolver a questão da contratação de técnicos, o Município volta a ficar com essa competência e garante a resolução do assunto. -----

Continuaremos a oferecer todo o material escolar solicitado pelo Agrupamento de Escolas. -----

Continuaremos a ceder gratuitamente os transportes para as atividades/visitas estudo. -

Continuaremos a ceder o uso dos equipamentos municipais, nomeadamente os auditórios e piscinas, à comunidade escolar. -----

Continuaremos a desenvolver atividades no âmbito de projetos municipais e intermunicipais. -----

Continuaremos a ser o principal parceiro do Agrupamento de Escolas no desenvolvimento das várias atividades ao longo do ano letivo”.-----

A concluir a sua intervenção, deixou a seguinte mensagem: -----

“Como Vereadora da Educação do Município de Terras de Bouro, desejo um excelente ano letivo para toda a comunidade escolar, reforçando e reiterando que o Município Terras de Bouro, como parceiro de excelência, estará sempre disponível para apoiar o Agrupamento de Escolas em tudo o que estiver ao seu alcance. -----

Todos nós, autarcas, pais e encarregados de educação, alunos, professores, auxiliares e demais técnicos da comunidade educativa, devemos prosseguir focados no cumprimento

dos nossos objetivos: apoiar, incentivar, educar e formar. Só desta forma se constroem sociedades equilibradas, justas e conscientes. -----

A Educação é um pilar estruturante de qualquer sociedade. Todo o tempo e recursos investidos nesta área são uma garantia de um futuro melhor.” -----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos da Senhora Vereadora e informou que recebeu um e-mail do Senhor Vereador Diogo Carrasqueiras Pereira, relativo a uma queixa de uma munícipe sobre a obstrução de vias e danos em sarjetas no Lugar de Vilar a Monte, da freguesia de Valdosende. Esclareceu que os serviços municipais irão analisar e responder à munícipe, justificando que a situação resultou da forte pluviosidade e da acentuada inclinação da via pública e do acesso à propriedade.-----

De seguida questionou se mais alguém desejava usar da palavra, tendo-se inscrito o senhor vereador, Diogo Carrasqueiras Pereira. -----

Tomando a palavra o senhor vereador cumprimentou os presentes e referiu que tinha duas questões para colocar, sendo que uma já foi esclarecida e que se prendia com o email da munícipe de Valdosende. -----

De seguida manifestou a sua preocupação com a perda de alunos no Agrupamento de Escolas, considerando um número considerável face ao número total de alunos. -----

Relativamente aos pontos da ordem do dia, referiu que, independentemente dos esclarecimentos dados pelo senhor Presidente, existem duas questões, relacionadas com os pontos um e dois, a saber: -----

- a questão da ratificação, sobre a qual referiu ser um mecanismo de carácter extraordinário e que aqueles protocolos poderiam ter sido aprovados na reunião de câmara do dia vinte e seis. Referiu ainda que os respetivos processos deveriam ser acompanhados de nota justificativa, sob pena de se encontrarem mal instruídos e sem condições de serem votados. -----

- a questão do investimento municipal, relevando a sua preocupação pelo investimento a realizar naqueles imóveis, que se manterão na propriedade do Estado. Sobre esta questão referiu que o Município teria ao seu dispor outros mecanismos para responsabilizar o ICNF por estas instalações, a saber: o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o Decreto-Lei número cento e seis barra dois mil e dezoito, que concretiza o quadro de

transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, e o Fundo REVIVE Natureza, questionando se foi ponderada qualquer destas situações. -----

No que concerne ao ponto três da ordem do dia, Relatório semestral da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, referiu existirem três dimensões que lhe merecem reparos. A primeira prende-se com a manutenção da reserva dos auditores relativamente ao montante inscrito na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis; a segunda com o valor inscrito em Resultados Transitados; e a terceira com o aumento das despesas com o pessoal, que aumentaram mais de onze por cento, aumento que não se pode justificar só pelas atualizações salariais. *“As despesas com o pessoal representam cerca de sessenta e dois por cento das despesas correntes. É uma despesa muito considerável face àquilo que são as receitas correntes”*, disse. Noutro âmbito referiu que a execução das despesas de investimento apenas representam uma execução de cerca de catorze por cento face às dotações corrigidas. Quanto aos processos judiciais, referiu que, apesar de se tratar de uma situação que vem do passado e que *“está dependente do tempo da justiça”*, é uma situação preocupante, porquanto envolve cerca de dois milhões de euros. -----

Prosseguindo, referiu que, no âmbito da execução de projetos com financiamento comunitário, existe o risco de devolução de fundos, exemplificando com o acesso ao novo ancoradouro da embarcação Rio Caldo, cuja candidatura terá sido efetuada ao nível da promoção de acessibilidades e a execução apresenta, neste âmbito, muitas carências, que em sede de auditoria poderão representar a devolução dos fundos. -----

Relativamente aos pontos quatro e cinco, da ordem do dia, referiu nada ter a opor, ressaltando a necessidade de se elaborar um regulamento que acrescente maior objetividade à análise dos diferentes pedidos das associações. -----

Retomou a palavra, o senhor Presidente para referir que, no que respeita aos protocolos, explicou na sua primeira intervenção a necessidade de outorgar os protocolos que, lembrou, foram rececionados após a última reunião do executivo, até ao dia trinta e um de agosto, razão pela qual são submetidos para ratificação. Lembrou, ainda, que em devido tempo fez, em reunião da Câmara Municipal, uma apresentação dos projetos e candidaturas associados àqueles imóveis. O que se verificou foi que o ICNF demorou a elaborar e aprovar os referidos protocolos, o que só se verificou após a reunião da Câmara Municipal do dia vinte e seis de agosto. -----

Quanto aos investimentos a realizar naqueles imóveis e respetiva requalificação, referiu ter que ver com a dinâmica turística que se pretende dar ao território concelhio. “*O Parque Nacional está dentro do concelho de Terras de Bouro, não é o concelho de Terras de Bouro está dentro do Parque*”, disse. -----

Prosseguindo referiu que se encontram alocados, em sede de fundos comunitários dez milhões de euros para o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Numa candidatura, da qual já informou a câmara municipal, foram realizados os projetos para a requalificação das casas e dos conteúdos da Porta do Parque Nacional, esperando que a respetiva aprovação se confirme. “*Estamos a falar é da recuperação desse património*”, disse. A execução destas intervenções, prosseguiu, resultam da oportunidade de financiamento que surgiu, sendo que a comparticipação municipal não ultrapassará os quinze por cento. -----

Quanto ao REVIVE, o senhor Presidente referiu que aquele programa não funciona, dando como exemplo o processo da recuperação do Convento de Rendufe, no concelho de Amares, que foi objeto de candidatura àquele programa e “*até hoje, nada!*” -----

Relativamente ao Relatório dos Revisores Oficiais de Contas referiu que os considerandos do senhor vereador “*fazem parte da narrativa ideológica*” e que “*cada um lê os números conforme lhe dá jeito*”. No que toca aos processos judiciais referiu que o senhor vereador parece que “*está do lado dos opositores à Câmara Municipal, ou seja, fez a conta como se fôssemos perder todos os processos*”, esclarecendo que as verbas referidas se registam por prudência e que o jurista associa a cada um dos processos, conforme pode ser verificado nos documentos previsionais, o risco associado a cada um dos processos: nenhum, médio ou elevado. -----

Relativamente aos fundos comunitários referiu que nas próximas semanas se começará a desenhar aquele que será o quadro comunitário de apoio até dois mil e quarenta, esperando que a distribuição pela CIM do Cávado e, conseqüentemente, pelo Município de Terras de Bouro, corresponda às necessidades do território. -----

Quanto à preocupação de devolução de verbas relativas ao novo ancoradouro da embarcação Rio Caldo, referiu que, apesar de não se tratar do local perfeito, representou uma oportunidade de proporcionar aos utentes da Marina de Rio Caldo mais espaço, cujas solicitações por *fingers*, não tem parado de aumentar, acrescentando que o projeto foi executado nos termos em que foi submetido a financiamento. -----

Continuando a sua intervenção, lembrou que, conforme já tinha informado a Câmara Municipal, se encontra em fase de conclusão o projeto de requalificação urbana de toda aquela zona, através do qual é pretendido conferir maior dignidade àquela entrada no concelho. *“Fico preocupado com a obsessão de colocar o manto negro em cima de todas as situações. Isto não são só flores. Gerir a Câmara Municipal exige coragem, capacidade e competência”*, disse. Referiu ainda que a atual localização da embarcação representa uma montra muito mais competitiva e que conferiu àquele espaço outra atividade. -----

Prosseguindo deu a conhecer que na envolvente daquele espaço já se encontra licenciada pela Câmara Municipal uma obra particular cujo custo ascende a seis milhões de euros.

Concluindo referiu que o que verdadeiramente anseia é a aprovação do Plano Diretor Municipal, que permita à Câmara Municipal e aos munícipes, *“planear a vida”*, realçando que compreende os esclarecimentos solicitados pelo senhor vereador, e que estará sempre disponível para esclarecer e dar as informações entendidas por necessárias. -----

Retomou a palavra o senhor vereador, Diogo Carrasqueiras Pereira para referir que não deseja o mal da Câmara Municipal e que as minutas dos protocolos poderiam ter sido reencaminhadas para os vereadores logo que recebidas pela Câmara Municipal. -----

O presidente retorquiu dizendo que, como já tinha referido os protocolos só foram recebidos após o dia vinte e seis de agosto, questionando o senhor vereador, se, os quatro dias de antecedência, aprovados em termos regimentais por sua sugestão, não são suficientes para analisar a documentação. -----

Usando novamente da palavra o senhor vereador referiu que as suas reservas não se limitavam àquela questão. Manifestando a sua concordância com as intervenções, sobretudo na Casa da Mata da Albergaria, questionou se a Câmara Municipal não deveria notificar o ICNF para a realização das obras, e, no caso de incumprimento, usar da posse administrativa, fazer a intervenção e apresentar a conta à entidade para pagamento. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para questionar o senhor vereador se acreditava no que estava a dizer, acrescentando que a solução daquele vereador seria a Câmara Municipal gastar dinheiro do orçamento municipal, já de si insuficiente para acorrer às necessidades da população, para fazer obras coercivas. -----

Retomando a palavra o senhor vereador referiu que os problemas não se ficam por aqui, realçando o aumento das despesas com o pessoal, e a baixa execução das despesas de

investimento, afirmando neste último caso que, ou os processos de contratação estão atrasados ou os empreiteiros estão a incumprir os prazos de execução. -----

De volta ao uso da palavra o senhor Presidente esclareceu que se encontra em curso um elevado volume de investimento, no entanto verificam-se alguns constrangimentos na execução dos trabalhos, dando como exemplo uma empresa que se encontra a executar duas grandes obras, mas que os trabalhos se encontram a decorrer abaixo do esperado, situação que será, em devido tempo analisada pelo gabinete jurídico. *“É um problema de contratação pública. Muitas vezes o empreiteiro da terra, com dimensão mais reduzida e com nome mais discreto, realizaria os trabalhos melhores e mais rápido que as grandes empresas que ganham os concurso públicos. Não há nenhum Presidente da Câmara que não quisesse que a execução fosse mais alta, mas o ano não terminou. Vamos ver como termina.”*, disse. -----

Por fim, voltou a questionar se alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou.

Sendo onze horas e não havendo mais a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----